

CORRESPONDÊNCIA ENTRE RENÉ DESCARTES E ELISABETH DA BOHEMIA*

René Descartes – Elisabeth da Bohemia

1. Apresentação

Desde o ano de 1643, Descartes (1596-1650) e a princesa Elizabeth (1618-1680) já trocavam cartas a respeito da geometria, da metafísica e até da física cartesiana. Todavia, no ano de 1645, por conta de um grave estado melancólico da princesa, houve uma intensa correspondência entre ambos. À princípio, o debate se mantinha em torno das condições específicas da princesa. O tema central girava em torno de questões fisiológicas e morais (ou psicofisiológicas). À medida, porém, em que a troca de correspondência se intensificava, o debate ia tornando-se cada vez mais teórico, passando pela discussão da Vida Beata, de Sêneca, até forçar Descartes a apresentar os primeiros esboços de sua própria concepção moral.

Dessa troca de correspondência, escolhemos duas cartas de setembro de 1645: uma do filósofo a Elizabeth (carta CDIII) e outra da princesa a Descartes carta (CDVI). Estas cartas são particularmente interessantes por algumas razões.

Primeiramente, a carta escrita por Descartes consiste numa das raras ocasiões em que ele não reflete apenas sobre a moral individual, mas também sobre a moral coletiva, social. E ele esboça uma fundamentação ontológica para isso, que envolve o conhecimento de Deus como causa primeira de todas as coisas, o conhecimento da alma como imortal e mais nobre que o corpo (afirmação mais propriamente teológica do que ontológica, que Descartes sempre evitou fazer em sua metafísica, e que provavelmente a faz aqui apenas para oferecer algum conforto à princesa, frente aos problemas e obstáculos que ela enfrenta no cotidiano) e, enfim, o conhecimento da imensidão do universo, que nos cura da arrogância do antropocentrismo. Disso podemos deduzir que somos uma ínfima parte do universo, do Estado, da Sociedade, da Família, e que o bem comum é mais importante que o interesse particular. Talvez aqui haja uma pequena inspiração para o projeto espinosano de fundação ontológica de ética, substituindo o conceito de Deus transcendente e cristão pelo de Deus imanente e laico.

* A publicação original, referência dessa tradução, encontra-se em: Descartes, R. (1996). *Oeuvres de Descartes* (Vol. IV; C. Adam et P. Tannery, Eds.). Vrin.

Quanto à carta que Elisabeth escreve a Descartes, o mais relevante são as objeções pragmáticas, suscitadas pela sua vida na corte, que ela opõe pontualmente às prescrições morais de Descartes, o que faz ressaltar o caráter abstrato e idealista das máximas do filósofo. Talvez seja por isso que, no tratado *d'As Paixões da Alma*, Descartes tenha mudado o perfil de sua moral, e tenha se preocupado muito mais em investigar as causas neurofisiológicas das paixões e os meios de controlá-las, do que elencar máximas morais.

2. Tradução

Descartes a Elisabeth¹

D'Egmond, 15 de setembro de 1645

Senhora,

Vossa Alteza observou, com tanta exatidão, todas as causas que impediram Sêneca de nos expor claramente a sua opinião sobre o Soberano Bem, e vós vos destes ao trabalho de ler o seu livro com tanto esmero, que eu temeria me tornar importuno se continuasse a aqui examinar em ordem todos seus capítulos, e isso me levou a adiar a resposta à dificuldade que vós gentilmente me propuseste, no tocante aos meios de fortalecer o entendimento para discernir o que é o melhor em todas as ações da vida. É por isso que, sem me deter agora em seguir Sêneca, tentarei apenas explicar minha opinião no tocante a esta matéria.

Só pode haver, parece-me, duas coisas que sejam requeridas para estar sempre disposto a bem julgar: uma é o conhecimento da verdade, e a outra o hábito que nos faz lembrar e consentir com esse conhecimento, sempre que a ocasião o exigir. Mas, porque só Deus conhece todas as coisas perfeitamente, é necessário que nos contentemos em conhecer apenas aquelas que nos são mais úteis.

Entre as quais a primeira e principal é que há um Deus, de quem todas as coisas dependem, cujas perfeições são infinitas, cujo poder é imenso, cujos decretos são infalíveis; pois isso nos ensina a receber de bom grado todas as coisas que nos acontecem, como sendo expressamente enviadas a nós por Deus; e por que o verdadeiro objeto do amor é a perfeição, quando elevamos nossas mentes a considerá-lo tal como ele é, encontramos-nos naturalmente

¹ AT, IV, 290-296: CDIII

tão inclinados a amá-lo, que até tiramos alegria de nossas aflições, pensando que sua vontade se executa no fato de as recebermos.

A segunda coisa que é preciso conhecer é a natureza de nossa alma, na medida em que ela subsiste sem o corpo e é muito mais nobre que ele, sendo capaz de usufruir de uma infinidade de contentamentos que não encontramos nesta vida; pois isso nos impede de temer a morte e, de tal maneira desliga nossos afetos das coisas mundanas, que só vemos com desprezo tudo o que está em poder do destino.

O que também pode muito servir para que se julgue dignamente as obras de Deus, e que se tenha esta vasta ideia da extensão do universo, a qual me esforcei para tornar concebível no 3º livro dos meus Princípios; pois se imaginarmos que além dos céus não há nada mais do que espaços imaginários, e que todos esses céus foram criados apenas à serviço da terra, e a terra apenas para o homem, isso faz com que se incline a pensar que esta terra é nossa principal morada, e esta a nossa melhor vida; e que, ao invés de conhecer as perfeições que verdadeiramente estão em nós, atribuímos a outras criaturas imperfeições que elas não têm, a fim de elevarmo-nos acima delas e, caindo numa impertinente presunção, pretende-se fazer parte do conselho de Deus, e com ele se encarregar de reger o mundo, o que causa uma infinidade de vãs inquietudes e aborrecimentos.

Após ter reconhecido assim a bondade de Deus, a imortalidade de nossas almas e a grandeza do universo, há ainda uma verdade cujo conhecimento me parece muito útil: que, embora cada um de nós seja uma pessoa separada dos outros, e cujos interesses são, por consequência, de algum modo distintos daqueles do resto do mundo, deve-se, todavia, pensar que não se poderia sobreviver sozinho, e que somos, com efeito, uma das partes do universo e, mais particularmente ainda, uma das partes deste Estado, desta sociedade, desta família, ao qual somos unidos pela coabitação, pelo juramento, pelo nascimento. E deve-se sempre preferir os interesses do todo, do qual se faz parte, aos da própria pessoa em particular; mas com comedimento e discrição, porque seria um equívoco expor-se a um grande mal, a fim de obter apenas um pequeno bem para seus parentes ou para seu país; e se um homem sozinho vale mais do que todo o resto de sua cidade, ele não teria razão em querer se perder para salvá-la. Todavia, se reportássemos tudo a nós mesmos, não temeríamos prejudicar muito a outros homens, quando julgássemos subtrair deles uma pequena comodidade, e não teríamos nenhuma verdadeira amizade, nenhuma fidelidade, nem geralmente nenhuma

virtude. Ao invés, ao se considerar parte do público, adquire-se o prazer em fazer o bem a todo mundo, e nem mesmo se teme arriscar a vida a serviço de outro, quando a ocasião assim se apresentar; ver-se-ia mesmo quem desejasse perder sua alma, se fosse possível, para salvar as outros. De modo que esta consideração é a fonte e a origem de todas as mais heroicas ações feitas pelos homens; pois quanto àqueles que se expõem à morte por vaidade, porque esperam ser louvados, ou por estupidez, visto que não entendem o perigo, creio que são mais dignos de pena do que de estima. Mas quando alguém se expõe a isso porque acredita ser seu dever, ou quando sofre algum outro mal para que o bem recaia sobre os outros, mesmo que talvez não considere com reflexão que o faz porque deve mais a comunidade, da qual faz parte, do que a si mesmo em seu particular, ele o faz, todavia, em virtude dessa consideração, que está em confusamente em seu pensamento. E somos naturalmente levados a ter uma tal consideração, quando se conhece e se ama a Deus como é preciso: pois então abandonando-nos inteiramente à sua vontade, nos despojamos de nossos próprios interesses, e não temos outra paixão senão fazer o que se acredita ser agradável a ele; como resultado, temos satisfações e contentamentos do espírito, que valem incomparavelmente mais do que todas as pequenas alegrias passageiras que dependem dos sentidos.

Para além dessas verdades, que se referem em geral a todas as nossas ações, também é necessário conhecer várias outras, que se relacionam mais particularmente a cada uma delas. As principais me parecem ser aquelas que indiquei em minha última carta, a saber, que todas as nossas paixões nos representam os bens - a cuja busca nos incitam - muito maiores do que realmente são; e que os prazeres do corpo não são jamais tão duradouros quanto os da alma, e nem tão grandes, uma vez obtidos, quanto eles pareciam ser quando os almejávamos. Isto, devemos observar cuidadosamente para que, quando nos sentirmos movidos por qualquer paixão, suspendamos nosso juízo até que esta seja apaziguado; e que não nos deixemos facilmente enganar pela falsa aparência dos bens deste mundo.

Ao que não posso acrescentar mais nada, exceto que também é preciso examinar em particular todos os costumes dos locais onde vivemos, a fim de saber até que ponto devem ser seguidos. E ainda que não possamos ter demonstrações certas de tudo, devemos, não obstante, tomar partido, e abraçar as opiniões que nos parecem as mais verossímeis, no tocante a todas as coisas que entram em uso, para que, quando se trata de agir, nunca sejamos irresolutos. Pois só a irresolução é que causa lamentos e arrependimentos.

Quanto ao resto, disse, um pouco acima, que além do conhecimento da verdade, também, o hábito é também requerido, a fim de estar sempre disposto a bem julgar. Pois, na medida em que não podemos estar continuamente atentos à mesma coisa, por mais claras e evidentes que tenham sido as razões que nos convenceram anteriormente de alguma verdade, podemos depois, por falsas aparências, ser demovidos de nossa crença nela; a menos que, por uma meditação longa e frequente, a tenhamos de tal modo impressa em nosso espírito que ela tenha se tornado hábito. E neste sentido tem-se razão, na Escola, em dizer que as virtudes são hábitos; pois, de facto, dificilmente falhamos, por falta de ter, em teoria, o conhecimento do que devemos fazer, mas apenas por falta de tê-lo na prática, ou seja, por falta de ter o hábito firme de acreditar nisso. E porque, enquanto aqui examino estas verdades, também aumento o hábito delas em mim, sinto-me particularmente em dívida com Vossa Alteza por me permitir que eu a entretinha com isso, e não há nada em que eu considere o meu tempo mais bem gasto do que naquilo que posso testemunhar que sou, Senhora, de Vossa Alteza, o mais humilde e obediente servidor

Descartes

Quando estava para encerrar esta carta, recebi a carta de V.A. do dia 13; mas encontro tanta coisa a considerar que não me atrevo a responder-lhe de imediato, e estou seguro de que V.A. apreciará mais se eu levar algum tempo para refletir sobre o assunto.

Elisabeth a Descartes²

Ryswick, 30 de setembro de 1645

Sr. Descartes,

Embora vossas observações sobre as opiniões que Sêneca tinha sobre o Soberano Bem tenham tornado a leitura dele mais proveitosa do que a que eu poderia fazer por mim mesma, não me lamento de trocá-las por verdades tão necessárias quanto aquelas que incluem os meios de fortalecer o entendimento, para discernir o que é o melhor em todas as ações da vida, sob a condição que vós aí acrescenteis também a explicação cuja minha estupidez necessita, no tocante à utilidade dos conhecimentos que vós propusestes.

² AT, IV, 301-304: CDVI

Aquela da existência de Deus e de seus atributos pode nos consolar das mazelas que advêm do curso ordinário da natureza e da ordem que ele estabeleceu nela, como perder os bens pela tempestade, a saúde pela contaminação do ar, os amigos pela morte; mas não nos podem consolar daquelas que nos são impostas pelos homens, cujo arbítrio nos parece inteiramente livre, só restando unicamente a fé para nos persuadir de que Deus cuida de reger as vontades, e que ele determinou o destino de cada pessoa antes da criação do mundo.

A imortalidade da alma, e saber que ela é muito mais nobre que o corpo, é capaz de nos fazer buscar a morte, tanto quanto nos faria desprezá-la, uma vez que não poderíamos duvidar que viveríamos mais felizes isentos das doenças e paixões do corpo. E me surpreendo que aqueles que se diziam persuadidos desta verdade, e viviam sem a lei revelada, preferiram uma vida penosa a uma morte vantajosa.

A grande extensão do universo, que vós mostrastes no terceiro livro de seus Princípios, serve para desprender nossas afeições do que ali vemos; mas também separa essa providência particular - que é o fundamento da teologia - da ideia que temos de Deus.

A consideração de que somos uma parte do todo, do qual devemos buscar o benefício, é de fato a fonte de todas as ações generosas; mas encontro muitas dificuldades nas condições que vós lhes prescrevestes. Como medir os males que provém do coletivo, contra o bem que dali virá, sem que eles nos pareçam maiores, até porque sua ideia é mais distinta? E que regra teremos para a comparação de coisas que não nos são igualmente conhecidas, como o nosso próprio mérito e aquele dos com quem convivemos? Uma pessoa naturalmente arrogante sempre inclinará a balança para seu lado, e um modesto se estimará menos do que vale.


Aproveitando as verdades particulares das quais vós falastes, é preciso conhecer exatamente todas estas paixões e todas estas preocupações, cuja maioria é imperceptível. Observando os costumes dos países nos quais vivemos, encontramos neles, por vezes, toda uma espécie de absurdidades, que é necessário seguir para evitar maiores inconvenientes.

Desde que estou aqui, passo por uma experiência muito desagradável; pois eu esperava aproveitar da estadia no campo para dedicar meu tempo aos estudos, e eis que aqui – para entreter os que não sabem o que fazer - encontro, sem comparação, menos tempo livre do que eu tinha em Haia; e embora seja muito injusto privar-me de bens reais, para dar-lhes bens imaginários, sou constrangida a ceder às leis impertinentes da civilidade que foram


estabelecidas, a fim de não adquirir inimigos. Desde que comecei a escrever esta carta, fui interrompida mais de sete vezes, por estas visitas inconvenientes. É uma bondade excessiva garantir às minhas cartas um dilema semelhante ao vosso, e que vos obriga de querer aumentar o hábito de vossos conhecimentos, comunicando-os a uma pessoa indócil como

Vossa amiga muito afetuosa a vos servir, Elisabeth

Este último dia de setembro.

Apresentação: Eneias Forlín 

Universidade Estadual de Campinas – Campinas, Brasil
phorlin@gmail.com

Tradução: Luiz Nitsche 

Universidade Estadual de Campinas – Campinas, Brasil
lnitsche@terra.com.br

Recebido em: 26 de abril de 2022

Revisado em: 06 de junho de 2022

Aprovado em: 15 de junho de 2022



Este é um texto de acesso aberto distribuído sob os termos da Creative Commons Attribution License.